

O TURISMO NA CONTEMPORANEIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Paulo Roberto Baqueiro BRANDÃO¹

RESUMO

O escrito ora apresentado visa tecer algumas considerações acerca das características assumidas pelo turismo na contemporaneidade, admitindo que atualmente a prática exerça fundamental importância como meio de acumulação capitalista em boa parte dos lugares do mundo. Para tanto, a opção metodológica adotada leva à dissecação de três aspectos de análise, sendo (a) um debate acerca da passagem do regime fordista para a acumulação flexível dentro de um contexto espaço-temporal; (b) apresentar as características de tal transformação do capitalismo na perspectiva de compreensão das consequências deste processo na prática turística; e, por fim; (c) uma tentativa de principiar uma discussão em busca de caminhos para a compreensão das tão profundas transformações pelas quais o turismo passa diante das demandas introduzidas pelo novo quadro da realidade a partir de uma perspectiva geográfica.

Palavras-chave: Turismo; Contemporaneidade; Espectro fordista de produção e consumo; Análise espaço-temporal.

ABSTRACT

The writing presented in this paper aims to do some considerations about the adopted characteristics by the modern tourism granting that in nowadays this practice has a great importance as a way for the capitalist accumulation in few places of the world. In this way, the methodological option adopted focus to the dissection of three analysis aspects, being (a) a debate concerning the passage of the Fordism regime to the flexible accumulation inside of a spatial-temporal context; (b) to present the capitalism transformation characteristics in the perspective of understanding the consequences in touristic practice process; and finally (c) an attempt of beginning a discussion in looking for ways to understanding how deep is the transformations which the tourism goes through the introduced demands by the new reality arrangement from a geographical perspective.

Key words: Tourism, contemporaneity, production fordism spectrum and consumption, spatial-temporal analysis.

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre o turismo na contemporaneidade é tarefa extremamente complexa. Ao se enquadrar à lógica do capitalismo globalizado, esta prática socioespacial passa por transformações tão profundas que, a não ser pelo caráter do deslocamento, invariavelmente

¹ Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia, Campus de Barreiras; Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

relacionado ao uso do tempo livre, em pouco se parece com as características antes verificadas de produção e consumo dos espaços apropriados para tal finalidade.

Se até o início da Segunda Guerra Mundial, nos períodos de paz, o turismo era um privilégio das classes mais abastadas e os destinos existiam em número bastante restrito, no atual momento da História, quando a presença do mercado se faz de modo absoluto, a popularização crescente da prática se associa à multiplicação das formas de acessos e dos lugares onde se pode visitar, criando um quadro inteiramente novo – e apenas parcialmente compreendido – da realidade vigente.

Neste sentido, ainda que seja legítimo apontar especificidades na produção e consumo dos espaços requisitados, não é possível circunscrever o incremento atual do turismo e as consequências daí advindas a fatores internos a esta prática. Ao contrário, é preciso compreender tal processo dentro de uma perspectiva mais ampla, ligada aos desígnios do capitalismo mundializado que, por sua vez, tem no meio técnico-científico e informacional o sustentáculo que lhe dá vigor.

Desta forma, o escrito ora apresentado visa tecer algumas considerações acerca das características assumidas pelo turismo na contemporaneidade, admitindo que atualmente a prática exerça fundamental importância como meio de acumulação capitalista em boa parte dos lugares do mundo.

Para tanto, três aspectos serão aqui dissecados, com a perspectiva de tornar inteligível o quadro analítico que se quer esboçar: o item denominado *Uma breve Geografia Histórica da modernidade capitalista* é um esforço de compreensão da passagem do regime fordista para a acumulação flexível dentro de um contexto espaço-temporal e de como os preceitos formuladores/formulados destes/por estes períodos do desenvolvimento do capitalismo favoreceram a geração de modelos para a sociedade ocidental; o item *Em busca de uma compreensão do turismo à luz do espectro fordista de produção e consumo do espaço* trata de apresentar as características da passagem do capitalismo sob o paradigma fordista para o modelo de acumulação flexível, lançando luzes sobre as consequências deste processo na sociedade e, de modo mais específico, na prática turística; e, por fim, o terceiro item, intitulado *A(s) Geografia(s) do Turismo na contemporaneidade*, é uma tentativa de principiar uma discussão em busca de caminhos para a compreensão das tão profundas transformações pelas quais o turismo passa diante das demandas introduzidas pelo novo quadro da realidade a partir de uma perspectiva geográfica.

2. UMA BREVE GEOGRAFIA HISTÓRICA DA MODERNIDADE CAPITALISTA

Compreender as características e aspectos principais da evolução do capitalismo é passo fundamental para delimitar as condições espaço-temporais relativas ao desenvolvimento das atividades econômicas dentro de um determinado quadro social, econômico, político e cultural, já que, ainda que seja necessário admitir a atuação de forças que agem local ou regionalmente, todo e qualquer impulso empreendedor tem os seus princípios básicos de funcionamento ligados às premissas universais do capital.

Importante salientar que tal esforço de análise deve levar em conta a atuação deste regime de acumulação não apenas como um pressuposto da organização da economia política em escala mundial/internacional, nacional/regional ou local, mas também a partir do seu papel como formulador do modo de vida predominante nas sociedades capitalistas em cada um dos períodos do seu desenvolvimento.

Assim, atendendo aos interesses deste escrito, há que se realizar um esforço de compreensão de uma geografia histórica do capitalismo (SOJA, 1993; HARVEY, 1996), enfocando não somente as principais transformações e permanências verificadas em cada um dos períodos no qual presidiu (e preside) um espectro fordista de acumulação, mas principalmente nos modelos de modernidade/modernismo daí advindos.

Este exame é crucial, portanto, para o entendimento das espacialidades resultantes do processo de desenvolvimento do turismo contemporâneo como atividade de mercado ancorada em bases (pós/neo) fordistas e, de modo consequente, sob influência dos modelos de modernidade gestados a partir dos quadros da realidade fundados nos distintos períodos da evolução do capitalismo.

2.1. A Versão Fordista de Modernidade

Segundo Sene (2004), com a formação de uma economia-mundo baseada na realização da acumulação primitiva a partir da exploração das colônias européias, estavam criadas as condições para o florescimento da indústria e, como consequência, das fases produtiva e financeira do capitalismo, a partir de meados e final dos séculos XVIII e XIX, respectivamente.

Este viés do capitalismo de base industrial expandiu-se com vigor, ainda que de modo espacialmente desigual, notadamente a partir dos primeiros anos do século passado, com a introdução do regime de acumulação fordista.

Este regime, que predominou soberanamente durante quase todo o século XX, foi batizado de fordismo por ter em Henry Ford, o industrial norte-americano do ramo

automobilístico, o primeiro grande capitalista a implantar as inovações tecnológicas e organizacionais que caracterizam o modelo.

No que diz respeito ao seu caráter organizacional e econômico, o regime fordista preza pelo disciplinamento do trabalhador através da adoção de rígidos períodos de trabalho intercalados por momentos dedicados ao lazer, universalização do trabalho assalariado com relativa elevação da renda e implantação da linha de montagem como modelo de máxima eficiência produtiva.

Apesar dos consideráveis reveses da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, foi entre o final daquele conflito e a década de 1970 que o regime fordista, reforçado pelas bases keynesianas implantadas ainda no período do *New Deal*, se consolidou como um “conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 1996, p.119), gerando as condições necessárias para a expansão capitalista em escala nunca antes possível, direcionada cada vez mais para o mundo subdesenvolvido.

Ao longo daquelas décadas, mais do que exprimir uma nova forma de organização corporativa da firma, o fordismo penetrou em todo e qualquer viés da vida social, política e econômica do Ocidente capitalista, ainda que não exatamente de forma homogênea em todos os lugares, chegando mesmo a amalgamar-se em um modelo de industrialização, de acumulação e de regulação (BAUMAN, 2001). A visão de Ford descrita por Harvey (1996, p.122) sintetiza, com bastante propriedade, o real significado do fordismo:

O que havia de especial em Ford (...) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista, populista.

Esse tipo de sociedade de que trata o ilustre industrial norte-americano é a sociedade aperfeiçoada do Renascimento, da qual irrompeu a mentalidade utilitária e de onde a massificação ganhou forma (SÁBATO, 1993), chegando ao êxtase a partir do ideário fordista, que, por sua vez, impôs um tipo de modernidade ao seu feito.

Na sua essência, a sociedade moderna reestruturada sobre os pilares do fordismo, principalmente na versão entronizada no pós Segunda Guerra Mundial, era o reflexo de um ideário marcado pela produção e consumo em massa, rigidamente padronizados, que aquele regime de acumulação fez nascer nas fábricas, e pelo surgimento das novas estéticas da mercantilização e do modernismo, esta última com fortes inclinações para a

funcionalidade e para a eficiência, o que contribuiu de modo significativo – em aliança com o Estado – para o estabelecimento de uma democracia econômica de massa (HARVEY, 1996).

Assim, o consumo massificado acabou por interferir na própria concepção de sociedade que se tinha. Era o império do coletivo, da submissão/diluição do indivíduo a/em uma modernidade totalizante, prenhe de regulamentação e que desprezava toda e qualquer possibilidade de anomia. Nos dizeres de Bauman (2001, p.33), “essa modernidade era inimiga jurada da contingência, da variedade, da ambigüidade, da instabilidade, da idiossincrasia, tendo declarado uma guerra santa a todas essas ‘anomalias’”.

Apesar da avassaladora capacidade de moldar a tudo e a todos, aquele modelo de sociedade não foi capaz de resistir às transformações políticas e econômicas iniciadas com os ajustes que levaram ao processo de flexibilização do capitalismo no último terço do século XX.

Sobre tal metamorfose do capitalismo, Alves (2005, p.72), ao discutir a evolução dos modelos científicos, fornece elementos para a interpretação, por analogia, da mudança de paradigma do fordismo para o capitalismo de acumulação flexível. Segundo o autor:

(...) a mudança do modelo não se deveu a nenhuma descoberta nova. Ela foi apenas uma reorganização dos materiais velhos sob uma forma nova. As peças do quebra-cabeças são as mesmas. Mas elas não se encaixavam uma nas outras. Bastou mudar o centro. Permaneceram as mesmas entidades, mas de repente o modelo de sistema mudou.

Assim, se a máquina do regime de acumulação fordista passou a mostrar sinais de desgaste diante das suas próprias contradições e o colapso já se anunciava, foi necessário – da parte dos agentes hegemônicos do sistema capitalista – buscar novos caminhos que reconduzissem à retomada do crescimento.

2.2. O Pós-Fordismo Cria sua Própria Modernidade

O entendimento das condições econômicas e políticas que geraram a mudança passa necessariamente pelo estabelecimento de uma espécie de pano de fundo histórico, datado na década de 1960, pouco tempo antes, portanto, de 1973, aquele que seria, segundo Harvey (1996), o ano simbólico da virada pós-fordista. Importante afirmar que, embora os rebatimentos do fordismo e mesmo da sua crise não tenham sido os mesmos no mundo inteiro, o quadro traçado a seguir traz um referencial dos principais movimentos de

mudanças socioeconômicas e políticas que se desenhavam na segunda metade do século XX.

Para o autor citado, as insatisfações com os rumos do capitalismo sob a lógica fordista partiram, primariamente, dos grupos sociais e trabalhadores menos ou não atingidos pelos benefícios do sistema. A rigidez do mercado de trabalho, as tensões provenientes das parcelas excluídas da população e a presença crescente das forças ligadas à contracultura também provocaram uma elevação do tom crítico à não equidade do modelo vigente.

A versão keynesiana do Estado capitalista (o Estado do Bem-estar Social) era, por sua vez, a ponta-de-lança no combate às ditas insatisfações através da adoção de medidas remediadoras das desigualdades e da exclusão das minorias. A incapacidade de atender à massa de pobres gerou fracassos que incidiram em críticas àquela ação estatal. Tais críticas acabaram por recair sobre o próprio modelo de consumo de massa padronizado.

No mundo subdesenvolvido, aliados às condições acima descritas, outros problemas deram contornos ainda mais dramáticos ao processo em curso, como a opressão estatal das ditaduras de caráter anticomunista e o não cumprimento das promessas de desenvolvimento, gerado pelos surtos inflacionários.

Desta forma, se as condições para a virada pós-fordista já se faziam sentir no decênio de 1960, graças aos motivos acima descritos, foi apenas no início da década seguinte que houve o desencadeamento do processo que levou à mudança, principalmente através da busca por alternativas à rigidez da economia e da sociedade gestadas pelo regime de acumulação fordista.

Assim, é lícito afirmar que a crise econômica internacional de 1973 e o chamado Choque do Petróleo foram a gota d'água para a formação do quadro de mudança que minou o sistema de acumulação fordista. Segundo Harvey (*opus cit.*, p.140), como consequência daquele processo de transformações:

(...) as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (...). No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

No bojo de tais mudanças, as mais significativas do ponto de vista da política econômica são a flexibilização e precarização das relações de trabalho, com acréscimo das subcontratações, via cooperativas e trabalhadores autônomos, e dos níveis de desemprego, o aparecimento de novos setores de produção, principalmente daqueles ancorados na tríade ciência, tecnologia e informação, fazendo surgir redes produtivas integradas em escala, por vezes, internacional/mundial e a financeirização da economia, subordinando o setor produtivo ao mercado de ações. Por outra parte, as características organizacionais da produção se metamorfoseiam para modelos melhor adaptados às novas necessidades dos consumidores por soluções específicas, permitindo a ascensão de pequenas e médias empresas no mercado.

O turismo foi uma das atividades que garantiu essa adaptação, na medida em que, em muitos territórios, seguindo Harvey (1996), foi usado como estratégia de união de esforços realizados da parte dos seus gestores públicos. Deste modo:

Eis como o jornal The Guardian (...) registra esse empreendimento relativamente bem-sucedido: ‘Além de gerarem renda e criarem empregos em áreas de desemprego aparentemente terminal, o turismo também tem um efeito secundário significativo relativo ao maior realce do ambiente. As cirurgias plásticas e as instalações idealizadas para atrair maior número de turistas também melhoram a qualidade de vida daqueles que vivem no local, inclusive atraindo novas indústrias. Embora os ativos específicos em cada cidade sejam variados, cada uma delas é capaz de oferecer diversos lembretes estruturais concernentes ao que as tornam notáveis. Em outras palavras, essas cidades partilham um elemento de venda denominado herança industrial e/ou marítima (HARVEY, 1996, p.176).

Diante de tal quadro, restou criar um aparato ideológico de Estado que permitisse maior alcance às ações de ajuste necessárias ao bom funcionamento do modelo nascente. Assim, estavam postas as condições para o avanço do neoliberalismo, que adquiriu o *status* de sustentáculo político-econômico desta “nova era” do capitalismo, uma resposta estratégica às inadequações de um Estado keynesiano e de um mercado rígido frente ao cenário de desregulamentação que se impunha.

Por outro lado, a exemplo do que ocorre com a política e a economia, a sociedade é igualmente transformada pelo modelo de acumulação flexível. Tal mudança chega mesmo

a definir um outro estágio de modernidade, que surge como uma reação àquela entronizada pela universalização fordista. Assim, adotar um modo de vida adequado ao tempo da rejeição às receitas e verdades pretensamente totalizantes e da celebração da individualidade é viver a dita pós-modernidade.

Em sua obra *Globalização*, Bauman (1999, pp.105-106) apresenta uma desconcertante caracterização destes tempos. Ao descrever o efêmero, fugidio, transitório e fragmentário ambiente pós-moderno, o autor afirma:

Afinal, a maioria dos empregos é temporária, as ações podem tanto cair como subir, as habilidades continuam a ser desvalorizadas e superadas por novas e mais aperfeiçoadas habilidades, os bens de que hoje nos orgulhamos e gostamos tornam-se logo obsoletos, bairros sofisticados tornam-se decadentes e vulgares, sociedades se formam apenas até segunda ordem, os valores que merecem ser seguidos e as finalidades em que vale a pena investir estão sempre mudando...

Assim, na tentativa de revogar os paradigmas políticos, econômicos e culturais que a todos norteavam na vigência da modernidade fordista-keynesiana, neste novo período, a sociedade sofre consideráveis mutações, notadamente naquilo que lhe era mais característico: a noção de coletividade como um valor absoluto, um referencial de existência. Ao contrário do que se pregava antes, ser membro da sociedade contemporânea significa emancipar-se do anonimato e buscar a sua ascensão como indivíduo partícipe de um “nicho” que, em coexistência com outros tantos, formam um todo não homogêneo.

Desta forma, se, como afirmado por Sábato (1993) no seu diário da crise de valores do século XX, a Renascença foi um movimento individualista que rumou em direção à massificação – repercutindo tal característica até recentemente, na conformação da versão fordista da modernidade –, a sociedade pós-moderna busca trilhar o caminho inverso ao se transfigurar para aquilo que Norberto Elias denominou de “sociedade de indivíduos” (BAUMAN, 2001, p.39).

A afirmação da individualidade é, pois, um dos traços mais marcantes da sociedade pós-moderna e um dos meios pelos quais tal atributo se realiza é através do consumo, amplificado e, ao mesmo tempo, diversificado em escalas nunca antes atingidas.

Estes dois elementos definidores da sociedade pós-moderna – a individualidade e o consumo – são, aliás, as pedras angulares do exame que segue nas próximas linhas, já que,

na compreensão do turismo sob a lógica de um espectro fordista de produção e consumo do espaço, tais características possuem relevância considerável.

Segundo Berardi (2005, p.34), que utiliza o termo “individualismo de massa” para se referir à condição atual da sociedade ocidental, no âmbito do consumo, esta individualização “produz uma proliferação de novas necessidades, de novos produtos para comercializar e de uma progressiva mercantilização de qualquer aspecto da relação social, afetiva, cultural”.

Pensar tal processo na perspectiva do turismo contemporâneo exige, pois, compreender a sua evolução como uma atividade circunscrita à realidade imposta pelo espectro fordista de produção de consumo, como se verá a seguir.

3. EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO DO TURISMO À LUZ DO ESPECTRO FORDISTA DE PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO

Como já fora assinalado alhures, o império do modo de produção fordista em grande parte do século XX e a sua transformação paulatina (mas ainda inconclusa) em um regime de acumulação flexível na virada do milênio teve repercussões que podem ser percebidas não somente no âmbito da economia e da política, mas também, e de maneira muito intensa, no *modus vivendi* da sociedade ocidental.

As substanciais mudanças promovidas no ideário coletivo do Ocidente em ambos os estágios de desenvolvimento do capitalismo forjaram modelos de modernidade que incidiram, ao longo do tempo, na constituição de uma sociedade baseada no interesse extremo pelo consumo. Por outro lado, como tudo que diz respeito à fase atual de modernização, a experiência do consumo, que a todos unifica, possui nesta mesma unidade uma condição paradoxal de desunião (BERMAN, 2007), já que se caracteriza por ser fragmentária, prenhe de especificidades, posto que esteja voltada ao atendimento dos interesses desta já citada “sociedade de indivíduos”.

Neste sentido, as atividades que lidam com a oferta de serviços foram as que sofreram maiores mudanças visando atender às demandas cada vez mais específicas e, entre estas, o turismo se posiciona na dianteira de tal processo, revelando grande dinamismo e capacidade de moldar-se aos desígnios do capital ao render-se à nova estética pós-moderna “que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 1996, p.148).

Há que se considerar, porém, que, mesmo diante de um quadro que expressa as novas tendências da modernidade criada pelo ímpeto pós-fordista de acumulação, não é possível

afirmar a supremacia plena deste novo regime, nem tampouco da estética daí advinda, a partir de uma ruptura com a realidade construída pelo fordismo, seja na prática do turismo ou em qualquer outra. Deste modo, é necessário admitir que, se por um lado, é lícito afirmar que os desígnios fordistas já não norteiam os caminhos da economia, da política e da sociedade, é verdadeira também a afirmação de que tal mudança de paradigma não se deu de forma revolucionária, ou por ruptura, mas como um processo que, aliás, ainda está por completar.

Desde visões assentadas nos diferentes campos do conhecimento (URRY, 2001; AUGÉ, 2007 e 2008), há significativos debates sobre o papel do espectro fordista na configuração do turismo contemporâneo, seja através da análise da criação de imagens, da “construção” de um novo turista ou ainda das mudanças que a prática tem provocado nas sociedades e economias receptoras.

Uma eloquente contribuição da Geografia a esta temática é fornecida por Torres (2002), em intenso diálogo com os postulados de David Harvey, ao examinar tal processo a partir da análise empírica de Cancún e do estado mexicano de Quintana Roo, sugerindo que o turismo surge como uma prática preñe de exemplos da massificação e homogeneização do espaço, da economia de escala e da inflexibilidade e estandartização dos pacotes que criam enclaves turísticos, características da rigidez que é própria do fordismo clássico, mas também da segmentação, especialização e formas de consumo sob encomenda, para grupos específicos, delineando uma passagem para um modo pós-fordista de produção e consumo dos lugares turísticos.

Segundo a autora, as seguintes características confirmam a existência de um modo de produção fordista do turismo: (a) o consumo coletivo, verificado a partir da concentração de visitantes em uma localidade; (b) consumidores indiferenciados, visíveis através da presença maciça de turistas com um determinado perfil; (c) turismo de massa, explicitado, principalmente, na modalidade sol e praia como fator de escolha do destino; (d) estandartização, expressa na proliferação de pacotes e na incidência de empreendimentos de porte internacional nas localidades turísticas.

Por outro lado, a flexibilização e diversificação do mercado turístico tem permitido o surgimento de um espaço heterogêneo, marcado pela emergência de novos usos, como turismo de natureza, visitas aos sítios arqueológicos e a paisagens e grupos sob influência de culturas ancestrais, entre outras novas modalidades da prática turística, o que denota o caráter pós-fordista do turismo.

Contudo, é necessário salientar que, longe de haver um processo de substituição do fordismo por uma modalidade pós-fordista do turismo, o que passa a ocorrer, dado o caráter de transição inerente ao processo, é a coexistência de toda a gama de elementos que caracterizam o espectro fordista.

Assim, como observa Torres, mesmo em um ambiente mais flexível, a oferta de produtos de massa não deixa de existir, levando-a a conceber a ocorrência de um processo de “customização de massa” que evidencia características neofordistas do fenômeno, enquadrado, por seu turno, em uma condição de coexistência com os demais elementos que caracterizam todo o espectro fordista de produção e consumo do espaço.

O caráter neofordista do turismo aparece de modo muito claro na análise que Augé (2007, pp.63-64) faz do turista contemporâneo:

El turista, en las formas más recientes y lujosas de turismo, exige tanto su comodidad física como su tranquilidad psicológica, aun cuando tiene el espíritu de un viajero al que también le gustaría definirse como aventurero. Es un consumidor de exotismo, de arena, de mar, de sol y de paisajes (por no hablar de otros eventuales tipos de consumo) pero, aunque se encuentre en otro lugar, siempre seguirá estando en su país, ya que todo le conduce a ello: sus compañeros, los comentarios que intercambian, la comodidad que se le ofrece, la naturaleza estereotipada de las cadenas hoteleras, las películas que graba para ver más tarde, a la vuelta, y la brevedad de su estancia o de su travesía de barco.

Fica evidente, na afirmação do antropólogo francês, toda a gama de possibilidades com a qual o “turista/viajante/aventureiro” conta, podendo contemplar (e consumir) desde paisagens exóticas às amenidades oferecidas por cadeias hoteleiras que reproduzem um estilo de vida que lhe é familiar.

Neste sentido, a partir da necessidade do *trade* turístico em promover ajustes espaciais que permitam a continuidade dos processos de reprodução do capital, são oferecidas práticas que vão desde as grandes excursões, com produção de imagens e sensações em série, às visitas no melhor estilo *pay per view*, no qual se paga um preço diferenciado pela exclusividade dos serviços de um guia ou pela emoção do pôr-do-sol visto de um ângulo que só o dinheiro pode proporcionar. Estas diferentes maneiras de uso dos territórios turísticos são, portanto, um espectro, concebido a partir da coexistência de

várias formas de produção e consumo do espaço dominado pelo turismo segundo lógicas (pós/neo) fordistas.

A princípio, estes ajustes espaciais, ainda que em um ambiente de coexistência com a dinâmica fordista de produção e consumo, parecem valorizar, via características pós e/ou neofordistas, as especificidades do lugar dominado pelo turismo, já que haveria uma tendência em evidenciar a diferença e a identidade como elementos de atração de visitantes. Ocorre, porém, que, como afirmado por Brunel (2009, pp. 7,9), a “singularização dos lugares” se dá a partir da criação de lugares emblemáticos “onde tudo é concebido para dar a ilusão de autenticidade, recriada em função de estereótipos mundiais”.

Assim, este fenômeno, denominado pelo autor de “disneylandização”, provoca a bizarra situação na qual indivíduos, grupos sociais e mesmo os lugares precisam, cada um deles, “tornar-se o que já se é” (BAUMAN, 2001, p.41), recorrendo a certas metonímias da paisagem criadas pelo turismo (BRANDÃO, 2009), como a do baiano em vestes de capoeirista ou a Olinda “museificada”, para só então parecerem legítimos.

Por outro lado, embora seja possível tratar o turismo contemporâneo como uma prática globalizada, em muito causada pelos fatores acima examinados, é evidente que, como as intenções totalizantes do capitalismo tem rebatimentos distintos nos diferentes lugares onde se impõem, em razão das “especificidades socioterritoriais de cada espaço geográfico” (CASTILHO 2008, p.20), há que se considerar, em igual medida, distintas repercussões espaciais do turismo balizado a partir do espectro fordista de produção e consumo, denotando a dialética presente em tal processo de apropriação do espaço.

Neste sentido, como afirmado na primeira linha deste escrito, refletir sobre o turismo na contemporaneidade é tarefa extremamente complexa e, para a Geografia, se converte em um desafio, já que o desenvolvimento desta prática acelerou, em muitos lugares, as formas de produção do espaço, inserindo elementos absolutamente novos, com grande capacidade de gerar novas dinâmicas socioterritoriais.

4. A(S) GEOGRAFIA(S) DO TURISMO NA CONTEMPORANEIDADE

O período atual da História tem provocado o surgimento de novas geografias nos ecúmenos, onde as realizações dos lugares são crescentemente influenciadas pelas dinâmicas do mundo. Atividades econômicas globalizadas são introduzidas nos espaços onde o cotidiano se torna possível, produzindo novas espacialidades a partir de uma relação dialética entre uma ordem global e uma ordem local (SANTOS, 2002).

Como já apontado por Harvey (2006), o turismo se converteu em uma destas atividades que possuem grande capacidade de interferência na produção e consumo do espaço e, desta forma, ganha importância em meio ao esforço de análise das geografias que se desenham na contemporaneidade.

Nas palavras de Brandão & Castilho (2008, p.96):

O espaço transformado em mercadoria pelo valor diferencial que a sociedade e os agentes econômicos – incluindo-se aí os turistas e todo o *staff* que lhe dá sustentação – atribuem a cada uma de suas parcelas, além das transformações decorrentes do uso do território turístico, com a incorporação de sistemas de objetos e ações altamente tecnicizados que subordinam os estilos de vida e as demais atividades desenvolvidas em localidades receptoras aos ditames da atividade são reflexões fundamentais para a compreensão das dinâmicas espaciais introduzidas pelo turismo.

Neste sentido, dadas as condições atuais de intensificação e diversificação dos usos dos territórios do turismo, há que se considerar o fato fundamental de que, em um ambiente tão complexo, marcado pela existência de técnicas alinhadas tanto ao modelo fordista quanto ao regime flexível de produção e consumo do espaço, diversas são as perspectivas de análise geográfica, constatação já feita, aliás, por Costa, Ribeiro & Tavares (2004).

Para os referidos autores, são três as linhas teóricas de maior relevância na análise geográfica do turismo contemporâneo, podendo, inclusive, serem trabalhadas em convergência: a primeira propõe o exame da produção do espaço dito turístico, revelando o viés econômico e político da atividade; a segunda, ligada aos estudos do espaço vivido daqueles que compõem as populações receptoras; e, por fim, a terceira, cujos estudos estão relacionados à interpretação das representações geográficas dos lugares turísticos.

Há que ser levado em conta que, ainda que cada uma das perspectivas tenha os seus métodos próprios de análise, em todos os casos, o que fica patente é a necessidade de atribuir acento ao exame do conteúdo socioterritorial dos lugares dominados pelo turismo, evidenciando assim os aspectos referentes à “construção social da territorialidade” (SACK, 1986, p.30) ou, como exigem as dinâmicas do tempo presente, das territorialidades, no plural.

4.1. O Turismo Contemporâneo e a Construção Social das Territorialidades: Reflexões Preliminares

Tratar de território e territorialidade é reconhecer, antes de tudo, que a sua atualidade está na dupla base explicativa que lhe dá substância: a material, ligada à possibilidade de dominação de um fragmento da superfície terrestre, e a simbólica, referente ao privilégio do usufruto/apropriação de um dado espaço (HAESBAERT, 2007). Em outras palavras, se na primeira acepção a existência do território e do jogo dinâmico pela sua dominação (a territorialidade) tem um caráter funcional, jurídico-institucional e político-econômico, na segunda, a ênfase está nos aspectos subjetivo e simbólico da relação entre um indivíduo ou grupo e o espaço onde vivencia(m), reproduz(em) suas práticas sociais e, enfim, se territorializa(m).

Importante considerar que, admitindo tal perspectiva de compreensão, a construção do território não se realiza desta *ou* daquela forma, mas sim desta *e* daquela forma. Significa afirmar que o território é um ente geográfico prenhe de multiplicidade de relações, já que “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, pp.95-96).

No âmbito do turismo, compreender esta pluralidade de intenções e sentidos que contribuem na construção sempre inacabada das territorialidades passa, portanto, pela busca de uma análise que permita abarcar toda a complexidade da dupla acepção do território, ou seja, o seu caráter material e simbólico, bem como as suas dinâmicas, notadamente neste período da História, marcado pela co-presença de lógicas de acumulação inerentes aos regimes constitutivos do espectro fordista de produção e consumo do espaço.

Não se pode negar, pois, que o advento da multiterritorialidade nos espaços dominados pelo turismo tem a ver, em muito, com a diversificação e complexidade crescente dos usos nos territórios turísticos e que estas (a diversificação e complexidade), por sua vez, estão ligados à inserção de modelos de acumulação pós/neo/fordistas na atividade turística.

Assim, pela sua exequibilidade dentro do quadro analítico aqui esboçado, emergem duas abordagens para a compreensão do turismo a partir de uma perspectiva socioterritorial: a da *multiterritorialidade do turismo*, proposta por Rodrigues (2006), tomando como base os escritos de Haesbaert (2004; 2007) e a do *turismo como um uso do*

território, de autoria de Steinberger (2009), sustentada nos postulados de Santos (1994) e Santos & Silveira (2001).

Em ambas as propostas, as autoras introduziram os referenciais teóricos como suportes para uma análise específica do turismo – algo não realizado pelos propositores daqueles postulados –, criando, assim, as condições para o desenvolvimento de formulações empíricas a partir de tais abordagens.

No que concerne à perspectiva da multiterritorialidade do turismo, A. Rodrigues aponta para a necessidade de compreender esta prática socioespacial a partir do exame da dinâmica multiescalar e multidimensional dos territórios turísticos. Segundo a autora:

O território turístico, em particular, sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade (RODRIGUES, 2006, p.306).

Isso implica em admitir a existência, no turismo, de uma “flexibilidade territorial do mundo contemporâneo, dito pós-moderno” geradora de uma multiplicidade de territórios que se dá tanto através “da sua sobreposição num mesmo local” ou da “conexão em rede pelo espaço planetário” (RODRIGUES, 2006, p.305).

Deste modo, fica patente a necessidade de empreender esforços para o entendimento da multiterritorialidade do turismo pela análise das interpenetrações e conflitos gestados nesses territórios, que se configuram a partir da relação dialética entre as lógicas vertical e horizontalmente constituídas ou, como concebido por Haesbaert (2007), na ambivalência dos territórios-rede e dos territórios-zona.

A análise da constituição de territórios-rede nos espaços apropriados pelo turismo permite compreender os meios pelos quais os agentes hegemônicos ligados à atividade projetam relações de poder estabelecidas através de redes, engendrando formas de dominação que, em muitos casos, têm alcance global.

Por seu turno, através do exame dos territórios zonais, é possível compreender, além do papel político-econômico, funcional e jurídico-institucional do turismo projetado no espaço, as relações simbólicas e culturais daqueles que visitam os lugares turísticos e que, portanto, têm atuação preponderante na construção de representações geográficas acerca destes locais, bem como das comunidades receptoras, daqueles que, por meio da vivência e da experiência cotidiana, reproduzem práticas sociais de caráter territorial.

Na abordagem que toma o turismo como um uso do território, Steinberger (2009) enfatiza a necessidade de apreender a formação deste ente geográfico a partir dos usos que lhe são atribuídos e que o turismo, como uma das formas de sua utilização, produz o espaço.

Logo na abertura da segunda seção do artigo no qual aborda tal perspectiva de análise, intitulada “O turismo é antes de tudo um uso do território”, a autora afirma de forma categórica:

O título desta seção é propositadamente impositivo por que se está afirmando que o turismo, antes de ser um fenômeno, um sistema, uma prática, um produto, um serviço ou uma indústria, é um uso do território. A anterioridade está no pressuposto de que o turismo só pode ser objeto de uma análise dialética, funcionalista, fenomenológica, sistêmica, neo-positivista, empírica ou operacional por que é um uso do território. Se esse uso não se efetivar não há turismo e, assim, não há o que analisar (STEINBERGER, 2009, p.39).

O território é entendido, pois, na sua dinâmica de território usado, concebido não simplesmente como uma materialidade, mas como um “campo de forças” (STEINBERGER, *opus cit.*, p46) onde se constitui a arena de ações dos agentes hegemônicos – no caso, do turismo – e dos homens. Como totalidade, o território é, assim, o espaço onde se desenrolam usos múltiplos dotados tanto da racionalidade própria dos fazeres ligados à ordem global quanto daqueles organicamente constituídos, estabelecidos a partir de uma ordem local.

Neste sentido, reafirmando o exposto acima, ainda é possível acrescentar que:

(...) para que o turismo se concretize como uma prática sócio-espacial, faz-se necessário que o espaço lhe ofereça o conjunto de objetos espaciais sem os quais o turismo não poderia acontecer. Dentre tais objetos, (...) temos que pensar naqueles relativos às atrações as quais se guiam por princípios que se baseiam nos aportes da diferença, originalidade, apazibilidade e funcionalidade do lugar. Concomitantemente, tem-se a presença dos objetos diretamente utilizados pelos turistas quando chegam ao lugar turístico, ou seja, as construções que oferecem os serviços de interesse turístico mais frequentes: alojamento, restauração,

informação turística, passeios, acessibilidade, atrações histórico-culturais etc. Construções que funcionam como sistemas – redes – de objetos na medida em que só funcionam em inter-relação uns com os outros. É na sua inter-relação com as ações as quais, ao mesmo tempo, os re-produzem e os utilizam como meio à sua realização (CASTILHO, 2006, p.70).

Ao considerar as diversas possibilidades de uso do território pelo turismo, a autora reivindica a aceitação do caráter interdisciplinar da proposta e menciona que a abordagem do turismo como uso do território, gera a necessidade de dividir esta totalidade em quatro pares para fins metodológicos: urbano-cidade, rural-campo, regional-região e natural-sistemas naturais.

Importante frisar, enfim, que as propostas descritas acima não se excluem entre si. Ao contrário, é possível aplicá-las, inclusive, segundo uma perspectiva integradora, já que, em ambas, existem convergências teóricas, notadamente naquilo que concerne ao entendimento do território e da territorialidade como meios para “afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro” (SANTOS, 1994, p.15).

Mais do que isso, ao conceber o território como um elemento social e historicamente produzido, Haesbaert, de forma mais ampla, e Rodrigues, tratando especificamente do turismo, permitem inferir que é a partir dos usos que lhe são atribuídos que este ente geográfico se constrói.

Por outro lado, Steinberger (2009, pp.47,49), ao afirmar a existência de “intencionalidades plurais” e de “multiplicidade de formas de apropriação do território” nos usos efetuados pelo turismo, reconhece a própria existência da multiterritorialidade.

5. CONCLUSÃO

Analisar o turismo contemporâneo exige compreender as intensas mudanças pelas quais a prática vem passando nas últimas décadas como parte das transformações ainda maiores que ocorrem dentro do próprio capitalismo.

Circunscrever estas transformações dentro do quadro histórico-geográfico do capitalismo é fundamental para a compreensão da realidade que o turismo impõe em muitos lugares, tornando cada vez mais complexos o jogo de interesses e a percepção da sociedade (turistas e habitantes) acerca dos territórios que se constituem a partir da

multiplicidade atual de usos que são atribuídos aos espaços dominados com a finalidade de permitir a realização da prática.

Como já fora salientado alhures, a lógica de produção e consumo dos espaços dominados pelo turismo nestes dias é marcada pela incidência dos modelos que delineiam o espectro fordista de acumulação nos lugares onde a prática se realiza, ainda que em níveis distintos de intensidade e, como consequência disso, com rebatimentos diferenciados neste ou naquele espaço.

Assim, o balizamento dos estudos geográficos do turismo no binômio território usado/(multi)territorialidade permite não só uma aproximação frutífera com as perspectivas de análise propostas por Costa, Ribeiro & Tavares (2004), mas assegura as condições para o entendimento do grau de influência que o espectro fordista de produção e consumo do espaço pode exercer nos lugares dominados para a realização do turismo.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, R. 2007. **Filosofia da Ciência**. Introdução ao jogo e as suas regras. São Paulo: Loyola.

AUGÉ, M. 2007. **Por una antropología de la movilidad**. Barcelona: Gedisa.

_____. 2008. **El viaje imposible**. El turismo y sus imágenes. Barcelona: Gedisa.

BAUMAN, Z. 1999. **Globalização. As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2001. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BERARDI, F. 2005. **A fábrica da infelicidade**. Rio de Janeiro: DP&A.

BERMAN, M. 2007. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras.

BRANDÃO, P.R.B. 2009. Turismo e representações geográficas: um ensaio sobre a construção de paisagens-metônímias no litoral do Nordeste brasileiro. In: MACIEL, C.

(Org.). **Entre Geografia e Geosofia. Abordagens culturais do espaço**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco. pp. 175-188.

BRANDÃO, P.R.B.; CASTILHO, C.J.M. de. 2008. Notas para um estudo comparado sobre a formação de territórios turísticos em balneários do Nordeste brasileiro. **Revista de Geografia**, v. 25, n. 2, p. 95-102.

BRUNEL, S. 2009. Turismo e mundialização: rumo a uma disneylandização mundial? **Mercator**, v. 8, n. 15, p. 7-18.

CASTILHO, C.J.M. de. 2006. Turismo e processo de produção do espaço geográfico: prolegômenos a quem deseja fazer uma análise geográfica do turismo. In: SÁ, A.J. de; CORRÊA, A.C. de B. (Org.). **Regionalização e análise regional: perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco. pp. 67-78.

_____. 2008. Turismo e espaço geográfico: turismo como uma prática socioespacial reforçadora de uma economia urbana voltada aos interesses do mercado. In: CASTILHO, C.J.M. de; VIEGAS, J.M. (Org.). **Turismo e práticas socioespaciais: múltiplas abordagens e interdisciplinaridades**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco. pp. 15-46.

COSTA, M.; RIBEIRO, W.; TAVARES, M. 2004. O turismo enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem. **Mercator**, v. 3, n. 6, p. 33-42.

HAESBAERT, R. 2004. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. 2007. Território e multiterritorialidade – um debate. In: **GEOgraphia**, ano IX, n. 17. Niterói: Universidade Federal Fluminense. pp. 19-45.

HARVEY, D. 1996. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

_____. 2006. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume.

RODRIGUES, A.B. 2006. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. pp. 297-315.

SÁBATO, E. 1993. **Homens e engrenagens**. Campinas: Papirus.

SACK, R. 1986. **Human territoriality. Its theory and history**. Cambridge: University Press.

SANTOS, M. 1994. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec. pp. 15-20.

_____. 2002. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. 2001. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record.

SENE, E de. 2004. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo: Contexto.

STEINBERGER, M. 2009. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE. pp. 29-55.

SOJA, E. 1993. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

TORRES, R. 2002. Cancun's tourist development from a Fordist spectrum of analysis. In: **Tourist Studies**, v. 2, n. 1, p. 87-116.

URRY, J. 2001. **O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel.